

O ENSINO SUPERIOR COMO PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA BASEADA NO ESTADO DA ARTE.

Rafael de Oliveira Alves¹; Michele Silva Maurer¹; Eunice Maria Nazareth Nonato².

Universidade Vale do Rio Doce – Univale
rafaelalvesmg@gmail.com; ms.maurer@hotmail.com; eunicenazareth@hotmail.com

Resumo: A educação é um direito fundamental de todas as pessoas e um dever do Estado, que visa o pleno desenvolvimento da pessoa e deve ser promovida com a colaboração da sociedade. Sabe-se, no entanto, que as políticas de educação nem sempre proporcionam significativa inclusão social de grupos considerados minorias, especificamente, o das mulheres. Nesse sentido, o presente artigo é um estudo da arte com o objetivo de mapear a produção acadêmica relativa ao referencial teórico-conceitual sobre as políticas públicas de ensino superior como promoção da equidade de gênero. Trata-se de uma revisão bibliográfica, de cunho qualitativo, com análise de oito artigos publicados em português e espanhol no período de 2013 a 2018, encontrados no banco de dados do portal do SciELO - Scientific Electronic Library Online (<http://www.scielo.org>). A discussão é construída a partir dos descritores educação, ensino superior, políticas públicas, equidade e gênero. Os textos encontrados fazem uma reflexão sobre o conceito e significado do termo gênero, que deve ser entendido como uma construção social, baseada em distintas estruturas de poder. Apesar dos avanços, especialmente a expressiva presença da mulher no ensino superior, os estudos indicam que a participação social da mulher no mercado de trabalho ainda enfrenta grandes obstáculos para uma efetiva equidade de gênero e reforçam as normas e discursos de gênero já existentes. As políticas públicas para acesso ao ensino superior se apresentam como ações afirmativas e são fundamentais na promoção da equidade de gênero, embora haja necessidade de adequação das práticas e diretrizes para concretização da igualdade entre os pares.

Palavras-chave: Educação, Ensino Superior, Políticas Públicas, Equidade, Gênero

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 elevou a educação ao status de direito público fundamental que deve ser efetivamente garantido como um direito de todos. É o que se depreende do artigo 205, ao dispor que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 2018).

Trata-se de um direito expressamente social (BRASIL, 2018, art. 6º), destinado à coletividade, que deve ser efetivamente implementado pelo Estado através de políticas destinadas ao equilíbrio de direitos entre as pessoas, ou seja, promoção da equidade de gênero.

¹ Mestrandos em Gestão Integrada do Território, da Univale

² Docente do programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território, da Univale

Nesse aspecto, é importante compreender a construção de gênero numa perspectiva social que suscita uma relação histórica de poder e subordinação, onde o homem, predominantemente, encabeça os lugares de liderança, com poder de decisão, e assume os papéis sociais, políticos e econômicos de maior destaque.

De acordo com Corcetti, Souza e Loreto (2017, p. 5), “o termo gênero surgiu entre as feministas norte-americanas que desejavam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. Gênero, portanto, é a construção das relações sociais entre os sexos, sendo que o seu uso, segundo os autores, “repudia as justificativas biológicas e torna uma maneira de referir-se às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres.” (CORCETTI, SOUZA e LORETO, 2017, p. 5).

No mesmo entendimento, Martinez (2017) diz que a expressão relações de gênero aponta para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens. “Portanto, o que se chama de “homem” e “mulher” não é somente um produto da sexualidade biológica, mas sim de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder.” (MARTINEZ, 2017, p. 1199). Segundo o autor,

O tema gênero é abordado no contexto dos dilemas enfrentados pelas teorias contemporâneas de justiça, possuindo uma dimensão político-econômica em que há, por um lado, a divisão entre trabalho produtivo pago e trabalho reprodutivo e doméstico não pago e, por outro, a divisão dentro do trabalho pago entre ocupações mais bem remuneradas e profissionalizadas, dominadas pelos homens, e ocupações mal remuneradas e menos especializadas, dominadas pelas mulheres (MARTINEZ, 2017, p.1199).

No contrapeso dessa balança desigual entre homens e mulheres, surge o papel fundamental da educação, particularmente com políticas públicas de educação superior, que podem influenciar de maneira significativa a inclusão social de grupos considerados minorias, dentre os quais, no caso presente, o das mulheres.

O acesso ao ensino superior, por ser a etapa da vida que prepara a pessoa para inserção no mercado de trabalho e lhe confere determinada habilitação profissional, toma proporções grandiosas para a equidade de gênero, visto que coloca a mulher em estado de empoderamento e em nível igual de capacitação no mundo do trabalho. Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo empreender uma revisão bibliográfica a fim de aprofundar o referencial teórico-conceitual sobre as políticas públicas de ensino superior como promoção da equidade de gênero.

2. METODOLOGIA

Trata-se de estudo de cunho qualitativo baseado em uma revisão da produção científica existente sobre o tema, com análise reflexiva sob o modo descritivo. A revisão se utilizou do banco de dados do portal do Scientific Electronic Library Online (SciELO), considerando-se as publicações de artigos científicos na América Latina, entre os anos de 2013 a 2018. Os dados foram pesquisados no mês de junho de 2018. Como descritor de interesse, foi utilizado ‘educação, ‘equidade’ e ‘gênero’. Tomou-se como questão geradora da busca a seguinte pergunta: como se apresenta a produção de artigos científicos sobre as políticas públicas de ensino superior como promoção da equidade de gênero, publicada entre 2013 e 2018?

Iniciada a pesquisa, foram encontrados 14 artigos. Após a leitura dos trabalhos, foram selecionados para análise 8 artigos. Descartou-se 6 artigos por não serem material efetivo na construção que se buscava, pois tratavam de educação básica, violência doméstica, preferências musicais numa abordagem de gênero. Posteriormente, foi elaborado um quadro de estado da arte com o desafio de mapear e discutir a produção acadêmica do tema para responder quais aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreender a educação como promoção da equidade de gênero é uma tarefa complexa que envolve análise de uma variedade de questões culturais, políticas e sociais. De acordo com Grossi (1998, p. 5), “gênero serve para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado.”

Considera-se que a complexidade da vida envolve a inter-relação entre os objetos, bem como as interações existentes entre eles. De acordo com Falcon (2006, p. 343), “abarca condição humana, ser humano, conhecimento, diversidade, subjetividade, ambiente, questões econômicas, entre outros objetos, que estão inseridos nessa abordagem. Surge um novo olhar sobre o conhecimento e as consequências educativas epistemológicas e éticas”.

Nessa direção, o debate em torno das políticas públicas de educação como forma de se promover a equidade de gênero vem se expandindo de forma exponencial e foi retratada em praticamente todos os artigos selecionados para análise. Tal crescimento indica a relevância do

tema e a necessidade de se debater e implementar políticas de educação como promoção de equidade de gênero, a começar pelo entendimento de seu conceito e significado, a inclusão social da mulher e a implementação de políticas de educação para os fins colimados.

3.1 GÊNERO: CONCEITO E SIGNIFICADOS

Na pesquisa de Kalil e Aguiar (2016), os diferentes usos do termo gênero configuram-se como categorias que questionam a suposta essência sexual dos conceitos de masculino e feminino; na verdade, mostram-se mergulhadas na esfera política, legitimando posições assimétricas na distribuição social do poder entre os sexos.

De acordo com as autoras citadas, a despeito do conceito não ser sinônimo da categoria sexo ou se referir unicamente à categoria mulher, entende-se que em razão de ter sua origem no pensamento feminista, “o termo carrega um compromisso político com as mulheres, e a força da sua utilização reside na possibilidade de oferecer novos ângulos de compreensão dos eventos da vida de mulheres e homens que ampliem a autonomia” (KALIL e AGUIAR, 2016, p. 210).

Na mesma linha de pensamento, Reis et al. (2016) referem-se à questão do gênero com pertinência por representar um grupo social específico (dos homens ou das mulheres). Deste modo, urge ter em conta o conceito de identidade de gênero entendido como sendo o próprio sentido que a pessoa tem de si mesma relativamente à forma como se vê e pertence, como sendo homem ou mulher.

Para Martinez Sierra (2016), gênero é um conceito que se refere aos significados atribuídos e esperados por cada sociedade, nos aspectos ideológicos e comportamentais de cada um dos sexos; isso inclui atitudes, valores e expectativas sobre os modos certos de ser homem e de ser mulher em um contexto específico. Prossegue a autora:

Quando nos referimos ao gênero como uma categoria para a análise da realidade social, cultural e histórica, estamos nos referindo a uma imagem intelectual, uma maneira de considerar e estudar as pessoas, uma ferramenta analítica que nos ajuda a analisar a sociedade a partir de uma perspectiva ignorada. É uma forma conceitual de análise sociocultural que desafia a cegueira que os estudos sociais demonstram em relação ao sexo. É uma categoria específica do contexto, depende disso e, como tal, deve ser concebida. (MARTINEZ SIERRA, 2016, p.5).

Assim, a literatura apresenta o significado do termo gênero de modo amplo e diverso, que ora se configura como categoria que problematiza e questiona a política e a distribuição social do poder, ora como termo representativo de determinado grupo social e ainda, como termo que abrange uma dimensão ideológica que inclui valores e expectativas relativas aos diversos modos de ser e viver a sexualidade.

3.2 A INCLUSÃO SOCIAL DAS MULHERES EM IGUALDADE DE GÊNERO

Não obstante o vasto debate em torno do conceito e entendimento do termo gênero, percebe-se que o discurso e a prática não crescem na mesma proporção, visto que a inclusão social da mulher no mercado de trabalho ainda enfrenta grandes obstáculos para uma efetiva equidade entre as pessoas, independentemente de sua sexualidade ou orientação sexual.

Para Bourdieu (2007), os efeitos duradouros e eficazes das manifestações de poder que dizem respeito à dominação masculina apresentam uma lógica paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que se trata de uma relação imposta e extorquida, trata-se também de uma relação consentida, espontânea. Para o autor,

Essa dualidade é fruto de um poder que se consolida não pelo uso da força ou violência física, mas, ao contrário, pela força simbólica de um trabalho lento, prolongado, silencioso e, quase sempre, invisível, que tem início precocemente na vida dos sujeitos masculinos e femininos e se perpetua por toda a existência de forma individual e coletiva. (BOURDIEU, 2007, p. 45)

O estudo de Corcetti, Souza e Loreto (2017) evidencia que nos últimos anos, as mulheres obtiveram ganhos significativos em direitos, educação e saúde, em acessos a empregos e meios de subsistência; entretanto, o processo não tem acontecido facilmente e de maneira uniforme para todos os países ou para todas as mulheres. As autoras se propuseram a verificar se as técnicas utilizadas na implementação do “Programa Mulheres Mil”, no Estado do Espírito Santo, são capazes de fomentar a equidade de gênero por meio da inclusão educacional. Como resultado, concluíram que

O programa foi capaz de proporcionar o aumento da autoestima e auxiliou as mulheres que já trabalhavam em determinadas áreas dos cursos, de forma a oferecer um produto ou serviço com mais qualidade, utilizando as técnicas aprendidas no programa. Contudo, o programa não foi capaz de fomentar a equidade de gênero, pois a

metodologia enfatiza as aprendizagens prévias das alunas, com qualificação em áreas tradicionalmente femininas, marcadas pelo papel da mulher na sociedade que é de organizar, cozinhar, arrumar, cuidar e costurar. Dessa forma, essas políticas públicas reforçam as normas de gênero já existentes. (CORCETTI, SOUZA e LORETO, 2017, p 23).

Ao pesquisar sobre a carência de profissionais de saúde em áreas distantes, vulneráveis e de difícil acesso, Martinez (2017) afirma que a participação feminina no mercado de trabalho ainda é menor do que a participação masculina, sendo que mais mulheres do que homens desenvolvem atividades de trabalho sem remuneração ou no mercado informal. Adicionalmente, no Brasil, a remuneração feminina é menor do que a masculina e essa diferença se acentua entre os profissionais com ensino universitário. Na Medicina, como em outras profissões, embora as mulheres mantenham o mesmo número de vínculos empregatícios e um número de horas trabalhadas equivalentes aos homens, tendem a receber remunerações menores.

No estudo de Ávila (2014), ficou constatado que as mulheres médicas sofrem significativo impacto negativo provocado por estereótipos sexistas e discriminação de gênero já durante os anos de formação. Formas sutis de discriminação encontram-se profundamente enraizadas na cultura médica e fazem com que homens e mulheres não estejam em situação de igualdade. A discriminação de gênero apresenta-se através de barreiras (diretas e indiretas) que impedem as mulheres de ascender na carreira em condições de igualdade com os homens e reproduzem espaços de formação demarcados por sexo.

3.3 A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO

A educação é vista nesse contexto como um paradigma importante na promoção da equidade de gênero. Entende-se por paradigma uma construção de valores, preceitos, conhecimentos que estão ligados a própria visão de mundo em que homens e mulheres estão inseridos. É a base para se romper o hiato de gênero que, por longa data, cerceia a inclusão social das mulheres em igualdade de direitos com os homens.

Thomas Kuhn, importante estudioso da ciência do século XX, abordou sobre os paradigmas. Para ele, os “paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que,

durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1991, p.13).

Indiscutivelmente, estamos perante a mudança de diversos paradigmas resultantes das lutas dos diversos grupos sociais que, historicamente, foram excluídos dos processos civilizacionais. “A expansão da educação superior, apesar dos obstáculos, tem sido resultado de políticas promovidas e implementadas por governos de caráter progressista.” (TAVARES e GOMES, 2017, p.8).

As ideias de Paulo Freire (1980), retratadas em sua obra “Educação como prática da Liberdade” são muito inovadoras para o estilo de educação transformadora, voltada para a democracia e participação de todos, calcada no homem livre, racional, capaz de promover mudanças através do consenso entre grupos e classes sociais, por meio de reformas histórico- culturais, ou seja, no pensar a realidade do trabalho humano como uma obra de cultura, um ato cultural.

Na pesquisa de Fuentes Vasquez (2016), o desenvolvimento de políticas inclusivas com ênfase em gênero é necessário, bem como a sua institucionalização e, acima de tudo, a sua apropriação pelas comunidades científicas, acadêmicas e organizacionais que compõem a Universidade. Afirmar a autora que

Vários estudos confirmam a feminização do ensino superior, porém, com pouca ou nenhuma participação feminina nos níveis gerenciais e com políticas que não reconhecem a "revolução da educação" das mulheres, as quais enfrentam mais obstáculos para ocupar cargos com melhor remuneração e mais posições de prestígio e impacto social. (FUENTES VASQUEZ, 2016, p. 39)

A consciência da diferença cultural é essencial para promover o respeito pelo outro. Esse entendimento e respeito implica que não apenas as diferenças sejam reconhecidas, mas também as comuns; não apenas uma única história, mas também problemas, direitos e aspirações comuns. “O cidadão do mundo deve aprender a desenvolver a compreensão e a empatia em relação às culturas distantes e às minorias étnicas, raciais e religiosas que estão dentro de sua própria cultura.” (FUENTES VASQUEZ, 2016, p. 6).

Martinez Sierra (2016) afirma em seu trabalho que as Diretrizes Curriculares colombianas são destinadas a capacitar o aluno para a vida profissional e a vivência social, adquirindo, no processo de ensino, aprendizagem de habilidades, análise, julgamento crítico e pensamento holístico. Pode-se dizer, então, que o ensino geral na Colômbia aponta para a formação de seres

humanos que contribuem para o desenvolvimento de um membro da comunidade, e em harmonia, onde a vida saudável é o protagonista. Harmonia com a qual alguém poderia contribuir com maior poder se a educação fosse transmitida com um enfoque de gênero que apoiasse a equidade e práticas não-sexistas, por isso, afirma:

Uma das pontas da "crise global da educação" é a resistência em reconhecer as mulheres como iguais e "pares" dos homens nos espaços acadêmicos, científicos e tecnológicos. Como os números mostram, as mulheres têm sido as principais beneficiárias da massificação educacional, tanto que a expressão feminização da educação foi cunhada para dar conta da extraordinária expansão da matrícula feminina global.

No entanto, essa "revolução educacional" (FUENTES VASQUEZ, 2016, p. 13) não trouxe, às mulheres, igualdade de remuneração e igualdade de oportunidades, bem como igualdade de acesso a cargos gerenciais e maior reconhecimento social. É claro que há avanços importantes, as brechas salariais por sexo diminuíram e atualmente as mulheres ocupam posições impensáveis há algumas décadas, mas desigualdades injustificáveis persistem no mundo acadêmico e no mercado de trabalho

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho fez uma releitura da produção científica baseada em uma revisão integrativa com o intuito de apurar a relação existente entre políticas públicas de educação no ensino superior com a promoção da equidade de gênero. Os textos encontrados fazem, em sua maioria, uma reflexão inicial sobre o conceito e significado do termo gênero, que deve ser entendido como uma construção social, baseada em distintas estruturas de poder.

Verificou-se que essas políticas educacionais se apresentam como ações afirmativas do Estado que têm o dever de garantir a todos os cidadãos o direito à educação, com o fim de promover o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Essas ações afirmativas se apresentam como fundamentais na promoção da equidade de gênero, ou seja, colocam a mulher em estado de empoderamento e em nível igual de capacitação com os homens. A educação superior, nesse intuito, deve formar consciências críticas e livres, dispostas a defender a igualdade, visto que educar significa forjar indivíduos para a equidade,

o pluralismo e a democracia. Importa nesse processo respeitar as diferenças culturais de grupos e pessoas e saibam conviver com a diversidade. Contudo, de acordo com os estudos analisados, apurou-se que há necessidade de adequação das práticas e diretrizes dessas políticas educacionais para concretização da igualdade entre os pares.

As mulheres estão cada vez mais ocupando a academia, participando ativamente de produção científica, numa verdadeira revolução educacional, porém, tal constatação não foi suficiente para promover a equidade de gênero; muito pelo contrário, pois, ainda se verificam diferenças salariais e a predominância de homens em cargos de decisão e de destaque social. Tal situação se revela extremamente preocupante ao considerar que essas ações afirmativas do Estado reforçam as normas e discursos de gênero já existentes.

REFERÊNCIAS

AVILA, Rebeca Contrera. Formação das mulheres nas escolas de medicina. **Rev. bras. educ. med.** Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 142-149, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em: 20 jun.2018

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988

CORCETTI, Elisabete; SOUZA, Susane Petinelli; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. O “Programa Mulheres Mil” no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero? **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 911-943, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em: 20 jun.2018

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1980

FUENTES VASQUEZ, Lya Yaneth. Por que as políticas de igualdade de gênero são necessárias no ensino superior? **Nômad**, Bogotá, n. 44, p. 65-83, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em: 20 jun.2018

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, vol. 24, Florianópolis, 1998

KALIL, Irene Rocha; AGUIAR, Adriana Cavalcanti de. Trabalho feminino, políticas familiares e discursos pró-aleitamento materno: avanços e desafios à equidade de gênero. **Saúde em Debate** [online]. Rio de Janeiro, v. 40, n. 110, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em: 20 jun.2018

KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1991.

MARTINEZ, Maria Regina. A abordagem equitativa de gênero como uma estratégia de estão para fixação de médicos em áreas vulneráveis. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. Botucatu, v. 21, n. Suppl 1, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em: 20 jun.2018

MARTINEZ SIERRA, Oriana. Sistema de workshop para contribuir para a preparação de professores de educação artística, a implementação da abordagem de gênero. **Pensam. palavra obra**. Bogotá, n. 15, p. 72-85, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em: 20 jun.2018

REIS, Marta et al. A identidade de gênero e a influência das atitudes face à homossexualidade/homoparentalidade entre luso-brasileiros. **Psic., Saúde & Doenças**. Lisboa, v. 17, n. 3, p. 311-325, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em: 20 jun.2018

TAVARES, Manuel; GOMES, Sandra. Fundamentos epistemológicos da matriz institucional dos novos modelos de educação superior no brasil: uma abordagem qualitativa dos documentos institucionais da Universidade Federal do ABC. **Educ. Soc.**, Campinas, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em: 20 jun.2018